

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Relatório da Administração

Apresentamos abaixo as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Construtora Aterpa S.A., relativas ao exercício de 2025.

1 – Mensagem da Presidência

Em 2025, ano em que a Construtora Aterpa celebra 75 anos de história, reafirmamos um traço que sempre distinguiu nossa atuação: a consistência. Em um setor em que crescer exige disciplina, capacidade de execução e confiança construída ao longo do tempo, seguimos avançando com solidez e consolidando nossa presença na infraestrutura para o mercado privado.

Ao longo do exercício, executamos contratos relevantes para mineradoras, concessionárias, clientes do setor de celulose e operações de minas subterrâneas. Mantivemos foco permanente no fortalecimento da nossa cultura corporativa, na eficiência das equipes operacionais e na disponibilização dos equipamentos e recursos necessários para entregar cada contrato com segurança, qualidade e previsibilidade.

Temos convicção de que a satisfação do cliente não é um objetivo isolado, mas a consequência natural de uma empresa que cresce com consistência e honra seus compromissos. Foi essa lógica que orientou nossas entregas em 2025 e que nos permite iniciar 2026 com backlog saudável, estrutura de capital equilibrada e uma equipe qualificada, motivada e alinhada para sustentar mais um ciclo de crescimento e geração de caixa.

Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros, que compartilham conosco essa trajetória. Celebrar 75 anos com resultados consistentes renova nossa responsabilidade de seguir construindo, todos os dias, uma Aterpa cada vez mais sólida, confiável e preparada para o futuro.

2 – Informações Gerais

A Construtora Aterpa S.A. (“Aterpa” ou Companhia”), e suas controladas (conjuntamente denominadas “Grupo”), tem como principal atividade a prestação de serviços de engenharia destacando-se a construção de obras civis, rodoviárias, ferroviárias, pontes e viadutos, túneis, escavações subterrâneas, obras portuárias, de saneamento, barragens além da concessão de serviços públicos.

A Aterpa é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais.

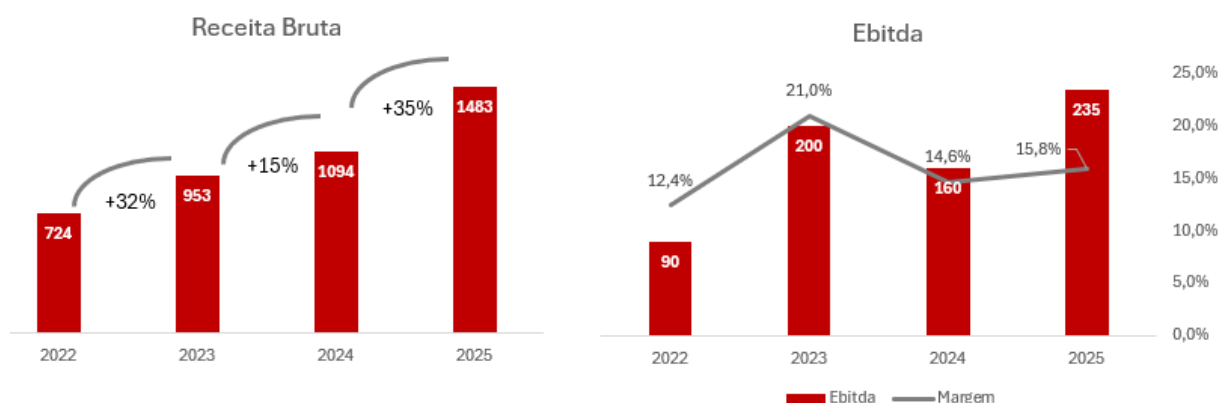
A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Administração da Companhia em reunião realizada em 02 de abril de 2026.

a) Desempenho Operacional

O ano de 2025 foi marcado pela continuidade da estratégia de expansão da Companhia na execução de obras de infraestrutura para clientes privados, com crescimento sustentado

pela capacidade de entrega, pela disciplina operacional e pela confiança construída junto aos clientes.

Ao longo do exercício, foram conquistados contratos que somam mais de R\$ 3,2 bilhões em novas obras. Como resultado, a Companhia registrou crescimento superior a 35%, alcançando R\$ 1,5 bilhão de faturamento e EBITDA de R\$ 235 milhões.



Em linha com sua estratégia de ampliar a atuação em contratos de longo prazo no segmento de concessões de infraestrutura, a Construtora Aterpa, em parceria com outros grupos empresariais do setor, por meio do 4UM Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Limitada I e do Opportunity Dinâmico Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, sagrou-se vencedora do leilão da concessão rodoviária da BR-364/RO. A concessionária Nova 364 será responsável pela operação de 700 km da rodovia e por investimentos estimados em R\$ 9 bilhões destinados à ampliação de capacidade e à melhoria das condições operacionais, abrangendo obras de duplicação, implantação de terceiras faixas, contenções, pontes, viadutos e passarelas. A Nova 364 passa a se somar, na mesma estrutura societária, à Nova 381, concessionária que, desde 2024, administra o trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares, em Minas Gerais.

A geração de caixa operacional foi direcionada à ampliação e modernização da frota de equipamentos, ao fortalecimento da estrutura de capital e aos investimentos nos projetos de concessão do Grupo.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Construtora Aterpa S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Construtora Aterpa S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Construtora Aterpa S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Escrituração de debêntures e notas comerciais

A Companhia apresenta saldo significativo de debêntures e notas comerciais registrado no passivo não circulante, composto por diferentes séries com características específicas quanto a prazos, formas de remuneração, cláusulas de *covenants* e opções de recompra antecipada. A mensuração dessas obrigações requer julgamentos relevantes da Administração, especialmente no que se refere à determinação das taxas de juros de mercado aplicáveis, à estimativa dos fluxos de pagamentos futuros, à avaliação do cumprimento das cláusulas contratuais e aos eventuais efeitos decorrentes da atualização pelo valor justo, quando aplicável.

Adicionalmente, o cumprimento dos *covenants* financeiros previstos nos instrumentos de emissão pode impactar a classificação das debêntures e notas comerciais entre circulante e não circulante, além de influenciar potenciais necessidades de renegociação, aceleração ou vencimento antecipado da dívida. Em função da complexidade desses instrumentos, da materialidade dos valores envolvidos e do elevado grau de julgamento requerido, entendemos que este tema constituiu um principal assunto de auditoria no exercício.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Obtenção e leitura das escrituras de emissão das debêntures e contratos das notas comerciais, com o objetivo de compreender os principais termos, prazos, remuneração, garantias, *covenants* e demais condições contratuais;
- Avaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e atualização aplicados pela Administração, incluindo testes sobre cálculos relacionados ao custo amortizado, à taxa de juros efetiva e aos ajustes a valor justo, quando aplicável;
- Execução de procedimentos de conciliação dos saldos das debêntures e notas comerciais com relatórios de agentes fiduciários, extratos e registros contábeis da Companhia;
- Análise do cumprimento dos *covenants* financeiros, considerando indicadores calculados pela Administração e revisando eventuais impactos na classificação contábil entre circulante e não circulante;
- Avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas, particularmente no que se refere a características das emissões, riscos associados, movimentações do período e eventuais incertezas relevantes.

Com base nos procedimentos de auditoria realizados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para os registros contábeis, e que os julgamentos e mensuração aplicados pela Administração e as divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas às debêntures e notas comerciais são apropriados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

A auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram conduzidas sob responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram o relatório de auditoria sem modificação, datado de 14 de março de 2025. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 02 de abril de 2026.

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	100.174	76.006	101.296	80.024
Contas a receber de clientes	10	180.480	129.987	205.437	134.618
Contas a receber de vendas de ativos e investimentos	11	3.547	4.679	3.555	4.711
Partes relacionadas	33	3.465	1.566	3.465	1.566
Estoques	12	22.535	10.331	28.926	11.126
Impostos a recuperar / compensar	13	6.611	3.454	8.962	5.024
Ativos mantidos para a venda	14	6.157	6.157	6.157	6.157
Outros ativos	-	11.137	11.558	12.352	11.600
Total ativo Circulante		334.106	243.738	370.150	254.826
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25a)	60.780	69.029	69.950	80.357
Depósitos judiciais	32	936	1.448	1.014	1.563
Partes relacionadas	33	6.669	7.322	6.297	7.322
Estoques	12	4.265	4.265	4.265	4.265
Outros ativos	-	3.440	3.297	3.349	3.593
		76.090	85.361	84.875	97.100
Investimentos	15	168.898	55.025	141.390	37.004
Imobilizado	17	75.492	89.106	133.659	96.298
Ativo de direito de uso	26	73.640	98.848	73.777	99.167
Intangível	16	4.887	5.194	6.330	6.637
		322.917	248.173	355.156	239.106
Total ativo não circulante		399.007	333.534	440.031	336.206
Total do ativo		733.113	577.272	810.181	591.032

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Fornecedores	18	91.094	57.380	109.368	65.331
Salários e encargos sociais a pagar	19	31.245	24.537	37.228	24.872
Adiantamento de clientes	20	35.293	23.832	44.363	23.832
Empréstimos e financiamentos	21	41.929	10.224	52.770	10.878
Imposto de renda e contribuição social	22	156	-	738	13
Impostos a recolher	23	13.029	8.768	14.538	8.846
Arrendamentos	26	37.756	29.507	37.909	29.681
Parcelamento de tributos	24	3.450	5.969	4.019	6.799
Partes relacionadas	33	425	417	425	417
Outros passivos	-	5.026	4.228	5.033	4.387
Total passivo circulante		259.403	164.862	306.391	175.056
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	21	81.209	51.004	99.242	51.004
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25a)	-	-	1.987	1.987
Parcelamento de tributos	24	5.847	9.293	6.113	10.128
Arrendamentos	26	57.277	88.357	57.277	88.508
Provisão para riscos	32	5.869	10.712	6.027	10.916
Dividendos a pagar	27c)	11.229	5.597	12.698	5.619
Partes relacionadas	33	13.805	7.225	13.805	5.499
Debêntures 476	34	79.879	63.421	79.879	63.421
Debêntures partes relacionadas	34	28.759	21.899	28.759	21.899
Adiantamento de clientes	20	-	3.532	6.314	3.532
Outros passivos		2.692	2.603	2.795	2.603
		286.566	263.643	314.896	265.116
Total do passivo		545.969	428.505	621.287	440.172
Patrimônio líquido	27				
Atribuído aos acionistas da controladora					
Capital social	27a)	82.000	82.000	82.000	82.000
Ajustes de avaliação patrimonial	27d)	(1.721)	(1.760)	(1.721)	(1.760)
Reserva legal	27b)	13.412	9.472	13.412	9.472
Reservas de lucros		93.453	59.055	93.453	59.055
		187.144	148.767	187.144	148.767
Participação dos não controladores		-	-	1.750	2.093
Total do patrimônio líquido		187.144	148.767	188.894	150.860
Total do passivo e patrimônio líquido		733.113	577.272	810.181	591.032

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de serviços prestados		1.331.003	1.040.306	1.483.920	1.094.434
Deduções da receita		(78.599)	(62.584)	(88.426)	(64.401)
Receita líquida de vendas e serviços prestados	28	1.252.404	977.722	1.395.494	1.030.033
Custo das vendas e serviços prestados	29	(1.055.905)	(818.606)	(1.169.687)	(860.708)
Lucro bruto		196.499	159.116	225.807	169.325
Despesas administrativas	29	(37.295)	(35.804)	(41.594)	(39.118)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(7.192)	(18.298)	(8.702)	(19.315)
Equivalência patrimonial	15	4.543	(2.259)	(8.044)	(5.342)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		156.555	102.755	167.467	105.550
Receitas financeiras	30	20.261	2.510	21.410	3.328
Despesas financeiras	30	(69.588)	(43.966)	(73.464)	(44.823)
Resultado financeiro líquido		(49.327)	(41.456)	(52.054)	(41.495)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		107.228	61.299	115.413	64.055
Imposto de renda e contribuição social	25c)	(28.428)	(23.988)	(35.265)	(26.288)
Lucro líquido do exercício		78.800	37.311	80.148	37.767
Atribuível a:					
Acionistas controladores		-	-	78.800	37.311
Acionistas não controladores		-	-	1.348	456
Lucro líquido básico diluído por ação	31	0,365	0,173		
Quantidade de ações		215.775.423	215.775.423		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	78.800	37.311	80.148	37.767
Participação nos resultados abrangentes em investidas no exterior	60	(1.114)	60	(1.115)
Tributos sobre participação nos resultados abrangentes em investidas no exterior	(21)	376	(21)	376
Total do resultado abrangente do exercício	78.839	36.573	80.187	37.028
Atribuível a:				
Acionistas controladores			78.839	36.573
Acionistas não controladores			1.348	455
			80.187	37.028
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Notas	Atribuíveis aos acionistas da controladora					Acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		82.000	(1.022)	7.606	108.080	-	1.313	197.977
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	37.311	456	37.767
Variação cambial investimentos exterior	27d)	-	(1.114)	-	-	-	(1)	(1.115)
Integralização Capital	-	-	-	-	-	-	208	208
Impostos sobre variação cambial de investimentos no exterior	-	-	376	-	-	-	-	376
Dividendos	27c)	-	-	-	(78.873)	(5.597)	(219)	(84.689)
Constituição de Reservas	27b)	-	-	1.866	29.848	(31.714)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	336	336
Saldos em 31 de dezembro de 2024		82.000	(1.760)	9.472	59.055	-	2.093	150.860
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	78.800	1.348	80.148
Variação cambial investimentos exterior	27d)	-	60	-	-	-	-	60
Integralização Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos sobre variação cambial de investimentos no exterior	-	-	(21)	-	-	-	-	(21)
Dividendos	27c)	-	-	-	(29.233)	(11.229)	(1.691)	(42.153)
Constituição de Reservas	27b)	-	-	3.940	63.631	(67.571)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		82.000	(1.721)	13.412	93.453	-	1.750	188.894

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	107.228	61.299	115.413	64.055
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	16, 17, 26	59.050	52.755	67.139	54.204
Equivalência patrimonial	15	(4.543)	2.259	8.044	5.342
Provisão para riscos	32	(4.843)	(2.363)	(4.889)	(2.323)
Provisão para perdas em investimentos/ativos		457	-	431	-
Resultado na alienação de imobilizado	14, 16 e 17	894	3.241	897	2.257
Juros/selics fiscais	-	1.613	3.426	2.017	3.675
Juros/ encargos incorridos de empréstimos e financiamentos	21	19.431	3.148	22.293	3.279
Juros/ encargos incorridos de debêntures	34	23.318	10.534	23.318	10.534
Outros	-	435	(310)	(142)	(1.320)
		203.040	133.989	234.521	139.703
Variações de ativos e passivos circulantes e não circulantes					
Contas a receber de clientes e de vendas de ativos e investimentos	10 e 11	(49.361)	(34.866)	(69.663)	(31.199)
Partes relacionadas	33	(18.297)	(30.864)	(18.400)	(38.340)
Estoques	12	(12.204)	4.369	(17.800)	5.223
Impostos a recuperar / compensar	13	(1.994)	(594)	(3.000)	(579)
Imposto de renda e contribuição social retidos	-	(8.816)	(3.685)	(8.816)	(4.855)
Depósitos judiciais	32	512	8.675	548	8.690
Outros ativos	-	273	(11.642)	(289)	(11.615)
Fornecedores	18	33.714	4.174	44.037	2.416
Salários e encargos sociais a pagar	19	6.657	1.927	12.225	(5.815)
Impostos a recolher	23	9.064	2.673	10.545	2.128
Adiantamento de clientes	20	7.929	27.364	23.313	27.364
Parcelamento de tributos	24	(7.802)	(275)	(8.952)	(1.443)
Arrendamentos - CPC 06	26	(47.656)	(43.314)	(47.862)	(43.505)
Outros passivos	-	799	1.069	455	2.017
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(87.182)	(74.989)	(83.659)	(89.513)
Juros/ encargos pagos de empréstimos e financiamentos	21	(16.947)	(2.635)	(19.546)	(2.635)
Juros/ encargos arrendamentos - CPC 06	26	18.022	20.458	18.054	20.479
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(16.918)	(12.985)	(20.857)	(14.603)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		100.015	63.838	128.513	53.431
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativos intangíveis	16	(247)	(2.083)	(247)	(2.083)
Aquisição de ativos imobilizados	17	(13.807)	(78.103)	(72.695)	(78.619)
Alienação de ativos imobilizados	17	25	1.555	30	3.084
Redução de capital em coligadas e controladas	15 e 36	(112.244)	(34.957)	(112.468)	(23.579)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(126.273)	(113.588)	(185.380)	(101.197)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e financiamentos	21	70.444	64.402	102.782	64.402
Captação de debêntures	34	-	57.000	-	57.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	21	(11.018)	(11.087)	(15.399)	(11.087)
Dividendos pagos		(9.000)	(50.346)	(9.244)	(50.346)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		50.426	59.969	78.139	59.969
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		24.168	10.219	21.272	12.203
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	76.006	65.787	80.024	67.821
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	100.174	76.006	101.296	80.024
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		24.168	10.219	21.272	12.203

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Construtora Aterpa S.A. (“Aterpa” ou “Companhia”), e suas controladas (conjuntamente denominadas “Grupo”), tem como principal atividade a prestação de serviços de engenharia destacando-se a construção de obras civis, rodoviárias, ferroviárias, obras de arte especiais, obras portuárias, de saneamento, concessão de serviços públicos, barragens, túneis e escavações subterrâneas.

A Aterpa é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Controladas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía as seguintes empresas controladas que fazem parte das suas demonstrações contábeis consolidadas:

- SAF Participações Ltda., que tem como objetivo a participação em outras empresas. A participação da Construtora Aterpa é de 100%;
- J Dantas S.A. Engenharia e Construções, é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prestação de serviços de engenharia, com ênfase na construção de túneis e canalizações. Controle indireto pela participação na SAF, que detém uma participação de 99,90% e participação direta na J Dantas pela participação de 2,97%;
- A Sucursal da Aterpa no Peru trata-se de subsidiária criada no Peru para exercer o mesmo objeto social da Construtora Aterpa S.A.;
- A Sucursal da J Dantas no Peru trata-se de subsidiária criada no Peru para exercer o mesmo objeto social da J Dantas S.A.

Consórcios

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia participou dos seguintes consórcios como líder, que fazem parte das suas demonstrações contábeis:

2025 e 2024:

- Consórcio Servix – Aterpa (97,70%) – Sem movimento;
- Consórcio M. Martins – Beter (55%) – Sem movimento;
- Consórcio Aterpa M. Martins – Cidade (50%) – Sem movimento;
- Consórcio Aterpa M. Martins – EMSA – CNPJ 11.794.469/0001-66 (50%) – Sem movimento;
- Consórcio Aterpa M. Martins – Araguaia (50%) – Sem movimento;
- Consórcio Aterpa M. Martins – EBATE (99%) – Sem movimento;
- Consórcio Aterpa M. Martins – Multitek (63%) – Sem movimento;
- Consórcio Aterpa – Serveng – Maia Melo (97%) – Sem movimento;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

- Consórcio Aterpa - EMSA - CNPJ 18.293.629/0001-32 (50%) - Sem movimento;
- Consórcio Aterpa - J Dantas (50%) - Sem movimento;
- Consórcio Túneis Litoral Sul (75%) - Obra finalizada em 2024;
- Consórcio Construtor BR-381 (12,50%) - Obra Ativa;
- Consórcio Construtor BR-364 (12,50%) - Obra Ativa;
- Consórcio MLC - Aterpa (50%) - Obra Ativa.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação de práticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pelas Leis nº 11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis são consistentes com o praticado na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi aprovada pela Administração da Companhia em reunião realizada em 02 de abril de 2026.

3. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e suas controladas conseguirá realizar seus ativos e cumprir com suas obrigações no curso normal dos negócios.

(a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Propriedades para investimento mensuradas pelo valor justo.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

Não houve novas alterações e interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025 que são relevantes para a Companhia e suas controladas.

3.1. Consolidação

Demonstrações consolidadas são as demonstrações contábeis de um conjunto de entidades (grupo econômico), apresentadas como se fossem as de uma única entidade econômica.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

a) Base de consolidação

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e das controladas descritas na Nota Explicativa nº 15. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

b) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

A participação dos acionistas não controladores, nas empresas consolidadas, é demonstrada nos saldos das demonstrações consolidadas como pertencentes a terceiros. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma empresa que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

c) Empreendimentos controlados em conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes.

Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações contábeis para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações contábeis. São os casos dos consórcios e Sociedades por Conta de Participação (SCPs) que a Companhia participa.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa e os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Incluem ainda investimentos de alta liquidez com vencimentos em até 90 dias.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Classificação e mensuração

Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto: (a) no modelo de negócios do Grupo para a gestão dos ativos financeiros; quanto, (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

(i) Custo amortizado

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda.

(iii) Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que o Grupo altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Grupo classifica seus passivos financeiros em Custo Amortizado, representado por Fornecedores, Debêntures, Empréstimos e Financiamentos.

3.4.2. Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção em liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso inadimplência, insolvência ou falência do Grupo ou da contraparte.

3.4.4. *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) Falência do tomador ou outra reorganização financeira, ou
- (iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Os ativos mensurados ao custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

3.5. Contas a receber de clientes

Contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação dos serviços executados até a data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ainda que representem valores parciais de contratos de obras em execução naquelas datas. São registradas ao valor justo e classificadas como contas a receber de cliente e demais contas a receber, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotados em mercado ativo. Subsequentemente, é mensurado pelo custo amortizado menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*).

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos. A Administração considera como suficiente a provisão registrada para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

3.6. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, propriedade para investimento, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

3.7. Investimentos

Os investimentos da Companhia em controladas e em coligadas, com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa em sua administração, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15.

O exercício social das empresas consolidadas coincide com o da Companhia e o processo de consolidação inclui os seguintes principais procedimentos, adotados de maneira consistente nas demonstrações aqui apresentadas: (i) eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo mantidos entre as empresas consolidadas, (ii) eliminação dos investimentos, proporcionalmente à participação da Controladora nos patrimônios líquidos das controladas, (iii) eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas e, (iv) eliminação de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas consolidadas, quando relevantes.

As demonstrações contábeis das controladas com sede no exterior são convertidas para reais utilizando-se os seguintes critérios:

- (a) Contas ativas e passivas, pela taxa de câmbio de fechamento;
- (b) Contas específicas no patrimônio líquido, pela taxa histórica das transações ou movimentações;
- (c) Contas de resultado, pela taxa de câmbio média de cada mês.

3.8. Ativos intangíveis

Ágios (*goodwill*) foram apurados em aquisições de participações societárias. Esses ágios são decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor justo do patrimônio líquido das controladas, apurados na data de aquisição e estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados da respectiva investida, determinados utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, para um período projetivo de cinco anos.

Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade do ágio sobre investimentos, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, principalmente o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os gastos com aquisição e instalação de softwares na incorporação de controladas (transferência de tecnologia) são capitalizados de acordo com os benefícios econômicos futuros que fluirão para a Companhia e suas controladas.

Esses custos são amortizados conforme as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 16. Gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

3.9. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações.

A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e o seu valor provável de realização (valor residual). As taxas de vida útil são revisadas anualmente pela Administração e estão divulgadas na Nota Explicativa nº 17. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores possam ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído, vendido ou transferido para outra entidade, é baixado. Reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

3.10. *Impairment* de ativos não financeiros

Os bens e direitos do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos, são avaliados anualmente pela Administração para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Independente da não existência desses indícios, para o intangível sem vida útil definida, a Companhia e suas controladas efetuam a avaliação de *impairment*, anualmente. Nessa linha, caso o valor contábil de um ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, é reconhecida uma perda no resultado do exercício.

Em linha com o CPC 01, a Administração da Aterpa e suas controladas avaliaram os ativos sujeitos a ajuste de recuperação e não identificou a necessidade de serem efetuados ajustes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.11. Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidos inicialmente ao valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado. Não há diferença significativa entre o valor da fatura e seu valor presente, devido ao curto prazo para pagamento.

3.12. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 21.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13. Debêntures

As debêntures são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal e juros, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

A baixa das debêntures ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.14. Arrendamentos (IFRS16-CPC06)

A Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo, em troca de contraprestações. Tal avaliação é realizada no momento inicial. Isenções são aplicadas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O custo do ativo de direito de uso compreende: (i) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; (ii) quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data; (iii) custos diretos incorridos; e (iv) estimativa de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo, quando aplicável e estão reconhecidos nas rubricas “Imobilizado” e “Propriedades para investimento”.

O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa implícita ou taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, representando a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento.

Como arrendatário, a Companhia identificou contratos que contém arrendamentos, referente aos aluguéis da sua sede principal e contratos de leasing operacional de máquinas e equipamentos.

No resultado é reconhecida uma despesa de depreciação do ativo de direito de uso e uma despesa de juros do passivo de arrendamento.

3.15. Notas comerciais

As notas comerciais são títulos de dívida corporativa usados para captar recursos junto a investidores, representando uma promessa de pagamento. As notas comerciais são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal e juros, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

A baixa das notas comerciais ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.16. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

a) Provisões para riscos

As provisões para processos judiciais são constituídas para todas os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as empresas do Grupo atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado e não pelo líquido.

A Companhia e suas controladas apuram o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) com base no lucro real ou regime especial de tributação (RET), conforme detalhado abaixo:

- Lucro real – Adotado pela Companhia. Nesta sistemática, o IRPJ é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, e a CSLL é calculada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro tributável em cada exercício fiscal;

- Regime Especial de Tributação (RET) – Adotado para certos empreendimentos da Companhia e de controladas. Conforme facultado pela Lei 12.024 de 27 de agosto de 2009, que alterou a Lei 10.931/2004 que instituiu o RET, foi feita a opção por submetê-los ao patrimônio de afetação e optar pelo RET. Para esses empreendimentos, o encargo consolidado referente ao IRPJ e a CSLL, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS), é calculado a alíquota global total de 1% sobre as receitas brutas.

3.18. Benefícios a empregados

O Grupo possui planos de benefícios a empregados que podem incluir assistência médica, a participação nos lucros, bônus e seguro de vida em grupo. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados está apresentada na Nota Explicativa nº 35.

3.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

3.20. Reconhecimento da receita

O Grupo reconhece a receita quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos serviços que serão transferidos aos clientes. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, o Grupo deve considerar a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido.

a) Receita de serviços de engenharia

A receita de prestação de serviços e de locação são reconhecidas quando (ou à medida que) o Grupo satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle deste ativo.

b) Contratos de construção

As receitas de contrato de construção são reconhecidas pelo Grupo tomando como base o estágio de execução das obras ao longo do tempo e contemplando a mensuração dos custos incorridos com os trabalhos executados em cada contrato, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A receita é apresentada líquida de impostos sobre as vendas (PIS e COFINS). Para fins de cálculo do PIS e da COFINS, a alíquota total é de 3,65% para as atividades tributadas pelo regime cumulativo (execução de obras de construção) e 9,25% para atividades tributadas pelo regime não cumulativo (demais atividades).

A partir de 01 de julho de 2015, conforme Decreto 8.426, as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativo passaram a ter incidência nas alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para COFINS.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas respectivas alíquotas básicas:

Impostos e tributos	Alíquotas
PIS – Regime Cumulativo	0,65%
Cofins – Regime Cumulativo	3,00%
PIS – Regime Não Cumulativo	1,65%
Cofins – Regime Não Cumulativo	7,60%
ISS	2,00% a 5,00%

Os contratos de contribuição executados através de sociedades em conta de participação, nas quais a Companhia detém o controle majoritário, foram contabilizados na controladora.

Para as obras de infraestrutura que possuem projetos aprovadas em seus Ministério para adesão ao REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura) instituído pela Lei nº 11.488/2007, há a suspensão do PIS e COFINS.

3.21. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receitas e despesas de juros;
- Encargos financeiros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial e monetária sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro;
- Correções monetárias;
- Descontos obtidos e concedidos;
- Atualizações fiscais (Selic);
- Despesas com cartas de fiança;
- IOF;
- Despesas e taxas bancárias.

3.22. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis do Grupo ao final do exercício com base no previsto no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Entidade adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais:

- A Entidade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- A Entidade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

- b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima.

Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil.

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis.

- c) Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Por meio da Resolução CVM nº 223/24 a autarquia tornou obrigatória a adoção desta orientação por todas as Entidades abertas e supervisionadas pela CVM para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO₂e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).

A Companhia precisou avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, pois julgamos que esta informação é importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários.

A Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis.

3.24. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48– podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Entidade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação treduzidos.

3.25. Impactos da Reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets;
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

A Entidade avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e, considerando que a referidas reformas resultarão em impactos negativos nas suas projeções de fluxos de caixa e lucros tributários futuros e em mudanças nos negócios, identificou impactos nas seguintes principais premissas:

- Nas premissas de vida útil de imobilizado e realização do valor residual em função de plano mudança de localização de plantas e centros de distribuição – CPC 27 (IAS16) Ativo Imobilizado e CPC 06 R2 (IFRS 16) Arrendamentos;
- Nas premissas utilizadas na avaliação do valor recuperável de ativos – CPC01 (IAS36).12 (b) Redução ao Valor Recuperável de Ativos em relação ao ágio de combinação de negócios;
- nas premissas utilizadas na avaliação do IR Diferido ativo quanto a probabilidade de existência de lucros tributários futuros – CPC 32 (IAS12) Tributos sobre o Lucro;
- Nas premissas utilizadas na avaliação do valor recuperável dos créditos de IPI, ICMS, PIS e COFINS durante os respectivos períodos de transição considerando a vigência integral do novo modelo de tributação;
- Na determinação de provisões em que eventos futuros possam afetar o valor necessário para liquidar a obrigação, incluindo contrato oneroso – CPC 25.48 e 85(b);
- Na determinação do valor justo de investimentos detidos em outras entidades, incluindo por meio de fundos de investimentos, visto que esses investimentos são materialmente afetados por decisões de mudança nos negócios e/ou simplesmente pelos impactos tributários e econômicos – CPC 46 (IFRS 13) Mensuração do valor justo; e
- Na avaliação da continuidade dos negócios, em face da incerteza de continuidade desde o período anterior– CPC 26R1(IAS1).25 e 26.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(i) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo

A Administração da Companhia e suas controladas registram impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais de impostos de renda e base negativa de contribuição social com base nas práticas contábeis divulgadas na Nota Explicativa nº 3.17.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia e suas controladas.

Essas estimativas estão contidas no estudo e orçamento plurianual da Administração, que é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração.

Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram.

(ii) Reconhecimento de receita

Durante 2025, a Companhia e suas controladas utilizaram o método da evolução física dos contratos por entender que esse método é o que melhor representa o reconhecimento contábil da receita para essas obras.

Além disso, foram averiguados todos os aspectos constantes no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente – para identificar as obrigações de performance dos contratos, a determinação do preço da transação e momento de reconhecimento da receita.

(iii) Vidas úteis de ativos imobilizados e intangíveis

Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados ou amortizados durante sua vida útil, até o limite de seu valor provável de realização. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração em relação ao período em que os ativos gerarão receitas e é periodicamente revisada para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os novos valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas. Mais detalhes, incluindo valores contábeis, estão incluídos nas Notas Explicativas nºs 16 e 17.

(iv) Provisão para riscos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado ou quando uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da controladora e do consolidado. A aplicação desses princípios contábeis, em caso de litígios, exige que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito, além de seu controle.

A Companhia e suas controladas revisam as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e analisando os relatórios emitidos pelos seus consultores externos, visando a avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, mas antes das mesmas serem emitidas), a experiência em casos semelhantes e qualquer decisão da Administração da Companhia e suas controladas sobre a forma como elas vão responder ao litígio, reivindicação ou autuação. Mais detalhes incluindo valores contábeis estão divulgados na Nota Explicativa nº 32.

(v) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base na análise de estimativas pela probabilidade de perdas, que leva em consideração a avaliação de riscos dos créditos, o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos. A Administração considera como suficiente a provisão registrada para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

5. Gestão de capital

A Companhia e suas controladas gerenciam seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, sem que, no entanto, isto a onere.

Similar a outras companhias do mercado, a Companhia e suas controladas monitoram seu capital com base no índice de endividamento calculado pela relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA.

Informações pertinentes aos riscos inerentes à operação da Companhia e suas controladas e à utilização de instrumentos financeiros para dirimir esses riscos, bem como as políticas e riscos relacionados aos instrumentos financeiros, estão descritos na Nota Explicativa nº 6.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

6. Instrumentos financeiros

A forma de identificação e condução dos riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são:

a) Risco de mercado

O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia e suas controladas estejam expostas somente a níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações.

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que são afetados pelo risco de mercado incluem: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) debêntures; e (iii) empréstimos e financiamentos.

b) Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro flutuem devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Companhia e suas controladas utilizam os recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações e para garantir a renovação de sua frota, máquinas, equipamentos e parte do seu crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Companhia e suas controladas obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País, assim como emite títulos de dívida (debêntures), que são substancialmente indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem aumentos relevantes no CDI.

Como estratégia de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Administração mantém contínuo monitoramento do CDI, com o propósito de, se necessário, contratar empréstimos com taxas pré-fixadas e fazer o swap da taxa de juros, trocando taxa pós-fixada para pré-fixada, eliminando o risco de flutuação da taxa básica de juros nos contratos de longo prazo.

Adicionalmente, quase a totalidade do saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas é também indexada à variação do CDI, mesmo indexador das dívidas de curto prazo.

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de sensibilidade para cenários adversos (deterioração da taxa do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável e queda de 10%), considerando as seguintes premissas:

- Em 31 de dezembro de 2025, a dívida líquida negativa da Companhia somava R\$ 50.716. Deste total exclui-se o valor de R\$ 23.592, com custo prefixado a uma taxa média de 18,04% ao ano, referente às operações contratadas à taxa prefixada, de forma que a dívida líquida sujeita à variação do CDI monta em R\$ 27.124 em 31 de dezembro de 2025;
- A expectativa de mercado, conforme taxas do CDI projetadas pelo mercado de futuros, com data-base em 31 de dezembro de 2025, indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 15,74%, ante a taxa efetiva de 15,46%, verificada no ano de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

Portanto consideramos a taxa de 15,46% como a taxa efetiva média de 2025 no cenário mais provável.

Descrição	Consolidado			
	Cenário provável	Cenário I - Aumento de 25%	Cenário II - Aumento de 50%	Cenário III - Queda de 10%
Dívida líquida em 31 de dezembro 2024	50.716	50.716	50.716	50.716
Dívidas à taxa pré-fixada	(23.592)	(23.592)	(23.592)	(23.592)
Dívida líquida sujeita a variação do CDI	27.124	27.124	27.124	27.124
Taxa média efetiva do CDI no período de 12 meses findo em 31/12/2024	15,46%	15,46%	15,46%	15,46%
Taxa média anual estimada do CDI, conforme cenários previstos	14,62%	18,27%	21,92%	13,15%
Efeito nas despesas financeiras sujeitas a variações do CDI:	3.966	4.958	5.948	3.570
Conforme taxa efetiva	4.193	4.193	4.193	4.193
(Aumento) nas despesas financeiras anuais	(227)	765	1.755	(623)

c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas a incorrerem em perdas financeiras. O risco de crédito na Companhia e suas controladas recai, em suma, nos créditos a receber de clientes e no caixa e equivalentes de caixa depositados/aplicados em bancos e instituições financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa - O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia e suas controladas, conforme políticas estabelecidas pelo Conselho de Administração, visando à minimização da concentração de riscos e, dessa forma, à redução de prejuízo financeiro no caso de eventual falência de uma contraparte.

Créditos a receber - O gerenciamento do risco de crédito relacionado às contas a receber é constantemente monitorado pela Companhia e suas controladas, que possui políticas estabelecidas de controle. Não há valores provisionados em PECLD em relação ao total do contas a receber em 2025 e 2024. A carteira de contratos é concentrada em clientes com sólidos fundamentos econômicos e financeiros, além de participação relevante em seus mercados. O Risco de crédito é mitigado pela segurança jurídica dos contratos.

Como os contratos preveem medições periódicas, o avanço na execução dos contratos ocorre paralelamente à liberação de recursos por parte do cliente, evitando aumento na exposição ao risco de crédito.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

Adicionalmente, o gerenciamento do risco de crédito inclui a análise da recuperabilidade dos créditos a receber, na qual se avalia a necessidade de constituição de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, com o objetivo de ajustá-los aos seus valores prováveis de realização.

A exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes' está divulgada na Nota Explicativa nº 10.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de escassez de recursos para liquidar obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia e suas controladas possuam os recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros na data de vencimento.

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo-se em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

	Controladora					Taxa
	2026	2027	2028	2029	Total	
Capital giro	31.902	41.064	17.700	9.913	100.579	CDI + 1,95% a.a. e CDI + 3,5% a.a.
Passivos atrelados a taxas pós-fixadas	31.902	41.064	17.700	9.913	100.579	
Financiamentos	10.027	9.925	2.607	-	22.559	Taxa média 18,17% a.a.
Passivos atrelados a taxas pré-fixadas	327	327	137	-	791	
Passivos atrelados a taxas pós fixadas	9.700	9.598	2.470	-	21.768	
Total	41.929	50.989	20.307	9.913	123.138	

	Consolidado					Taxa
	2026	2027	2028	2029	Total	
Capital giro	31.902	41.064	17.700	9.913	100.579	CDI + 3,5% a.a. CDI + 1,95% a.a.
Passivos atrelados a taxas pós-fixadas	31.902	41.064	17.700	9.913	100.579	
Financiamentos	20.868	21.069	8.976	520	51.433	Taxa média 18,31% a.a.
Passivos atrelados a taxas pré-fixadas	9.315	9.621	4.655	-	23.591	
Passivos atrelados a taxas pós fixadas	11.553	11.448	4.321	520	27.842	
Total	52.770	62.133	26.676	10.433	152.012	

e) Risco cambial

Risco cambial é o risco que resulta para o valor de um portfólio, ou dos resultados de uma empresa, de um movimento desfavorável de taxas de câmbio.

Como estratégia de gerenciamento do Risco Cambial, a Administração mantém contínuo monitoramento das taxas de câmbio, com o propósito de, se necessário, contratar operações de hedge accounting, eliminando o risco de flutuações desfavoráveis das taxas de câmbio.

Adicionalmente ressalta-se que a Companhia e suas controladas mantêm operações de crédito em moeda estrangeira apenas em sua Sucursal no Peru, e estas representam menos de 1% do total de operações contratadas pela Companhia e suas controladas.

7. Gestão do capital

a) Índice de endividamento

O monitoramento do capital é feito com base no índice de endividamento da Companhia e suas controladas, que corresponde à dívida líquida dividida pelo Patrimônio Líquido. A dívida líquida, por sua vez, é definida pela Companhia e suas controladas como sendo os endividamentos de curto e longo prazo, incluindo os saldos positivos ou negativos das operações de swap para proteção das referidas dívidas, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa. A estratégia geral de gestão do capital da Companhia e suas controladas permanecem com foco na busca da melhoria da estrutura de capital através da geração de caixa operacional bem como a otimização da necessidade de capital de giro da operação para redução do endividamento. Esta política está sendo reforçada com o crescimento da atividade operacional e vendas de equipamentos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Endividamento de curto e longo prazos, líquido dos swaps classificados nos ativos e passivos circulantes e não circulantes	123.138	61.228	152.012	61.882
Caixa e equivalentes de caixa	(100.174)	(76.006)	(101.296)	(80.024)
Dívida líquida	<u>22.964</u>	<u>(14.778)</u>	<u>50.716</u>	<u>(18.142)</u>
Patrimônio Líquido	188.848	148.767	190.598	150.860
Índice de endividamento	<u>0,12</u>	<u>(0,10)</u>	<u>0,27</u>	<u>(0,12)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

Os resultados da estratégia de redução do endividamento da Companhia e suas controladas com consequente melhoria da estrutura de capital já pode ser percebidos no quadro abaixo no qual o endividamento pode ser dividido em 2 grandes categorias: endividamento bancário (empréstimos) e financiamentos.

Abertura do endividamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos	-	-	-	-
Notas comerciais	100.579	29.668	100.579	29.668
Financiamentos	22.559	31.560	51.433	32.214
Total	<u>123.138</u>	<u>61.228</u>	<u>152.012</u>	<u>61.882</u>

Valor justo dos instrumentos financeiros

A Administração entende que todos os instrumentos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores, debêntures, empréstimos e financiamentos, os quais são reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2025			31/12/2025		
	Contábil	Justo	Diferença	Contábil	Justo	Diferença
Instrumentos financeiros (ativos)						
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	184.027	184.027	-	208.992	208.992	-
Caixa e equivalentes de caixa	100.174	100.174	-	101.296	10.296	-
Partes relacionadas	10.134	10.134	-	9.762	9.762	-
Total	294.335	294.335	-	320.050	320.050	-
	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024			31/12/2024		
	Contábil	Justo	Diferença	Contábil	Justo	Diferença
Instrumentos financeiros (ativos)						
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	134.666	134.666	-	139.329	139.329	-
Caixa e equivalentes de caixa	76.006	76.006	-	80.024	80.024	-
Partes relacionadas	8.888	8.888	-	8.888	8.888	-
Total	219.560	219.560	-	228.241	228.241	-
	Controladora			Consolidado		
	31/12/2025			31/12/2025		
	Contábil	Justo	Diferença	Contábil	Justo	Diferença
Instrumentos financeiros (passivos)						
Empréstimos	100.579	100.579	-	100.579	100.579	-
Financiamentos	22.559	22.559	-	51.433	51.433	-
Arrendamentos	95.033	95.033	-	95.186	95.186	-
Partes relacionadas	14.230	14.230	-	14.230	14.230	-
Total	232.401	232.401	-	261.428	261.428	-
	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024			31/12/2024		
	Contábil	Justo	Diferença	Contábil	Justo	Diferença
Instrumentos financeiros (Passivos)						
Empréstimos	29.668	29.668	-	29.668	29.668	-
Financiamentos	31.560	31.560	-	32.214	32.214	-
Arrendamentos	117.864	117.864	-	118.189	118.189	-
Partes relacionadas	7.642	7.642	-	5.916	5.916	-
Total	186.734	186.734	-	185.987	185.987	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

8. Instrumentos financeiros por categoria

	Categoria	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	Custo Amortizado	184.027	134.666	208.992	139.329
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	100.174	76.006	101.296	80.024
Total		<u>284.201</u>	<u>210.672</u>	<u>310.288</u>	<u>219.353</u>

	Categoria	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos	Custo Amortizado	100.579	29.668	100.579	29.668
Financiamentos	Custo Amortizado	22.559	31.560	51.433	32.214
Arrendamentos	Custo Amortizado	95.033	117.864	95.186	118.189
Partes Relacionadas	Custo Amortizado	14.230	7.642	14.230	5.916
Total		<u>232.401</u>	<u>186.734</u>	<u>261.428</u>	<u>185.987</u>

9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

Consideramos como equivalente de caixa por se tratar de aplicações com liquidez imediata e de compromissos de curto prazo. São aplicações utilizadas como instrumentos de gestão de tesouraria, ou seja, diariamente os saldos das contas correntes são aplicados, tendo liquidez imediata, à uma taxa de 95% do CDI, em 31 de dezembro de 2025.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	209	171	245	176
Bancos	916	247	948	261
Aplicações financeiras	99.049	75.588	100.103	79.587
Total	<u>100.174</u>	<u>76.006</u>	<u>101.296</u>	<u>80.024</u>

10. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Clientes privados	51.648	22.356	60.711	24.538
Clientes privados	51.648	22.356	60.711	24.538
Medições a faturar – clientes públicos	86.706	25.352	86.706	25.352
Medições a faturar – clientes privados	42.126	82.279	58.020	84.728
Medições a faturar	128.832	107.631	144.726	110.080
Total	<u>180.480</u>	<u>129.987</u>	<u>205.437</u>	<u>134.618</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

A seguir, os vencimentos do contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cientes	50.206	18.580	59.269	20.762
Vencidos	256	406	256	-
Até 30	8	8	8	-
'30 - 60	8	-	8	-
60 - 90	8	-	8	-
90 - 120	8	-	8	-
> 120 dias	224	398	224	-
A vencer	49.950	18.174	59.013	20.762
Partes relacionadas	1.442	3.776	1.442	3.776
Total	51.648	22.356	60.711	24.538

A provisão para perdas com créditos é constituída com base em análise das contas a receber e em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas quando de sua realização.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o Grupo não identificou necessidade de provisão para perda esperada de créditos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Medições a faturar (*)	128.832	107.631	144.726	110.080
Medições em aprovação	40.946	40.745	41.344	43.194
Medições aprovadas	87.886	66.886	103.382	66.886
Total	128.832	107.631	144.726	110.080

(*) O saldo de medições a faturar refere-se às receitas reconhecidas de acordo com o estágio de execução das obras (descritos na Nota Explicativa nº 3.18) que ainda não se encontram faturados.

11. Contas a receber de vendas de ativos e investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cientes vendas de ativos (a)	103	31	111	63
Cientes vendas de ativos - Partes relacionadas (b)	3.444	4.648	3.444	4.648
Total	3.547	4.679	3.555	4.711

(a) As vendas de ativos são operações de alienação de máquinas e equipamentos, que não estão sendo utilizados na operação e que geraram caixa para a Companhia e suas controladas. Expectativa de recebimento no decorrer do exercício de 2026, conforme previsto em condições contratuais.

(b) Vendas de equipamentos para a empresa Protec Engenharia de Infraestrutura S.A. com expectativa de recebimento no decorrer do exercício de 2026, conforme previsto em condições contratuais. Operação com parte relacionada, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 33.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

12. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Estoque de material (a)	21.946	9.742	28.337	10.537
Imóveis destinados a venda (b)	3.034	3.034	3.034	3.034
Terrenos para construção (c)	1.820	1.820	1.820	1.820
Total	<u>26.800</u>	<u>14.596</u>	<u>33.191</u>	<u>15.391</u>
Circulante	22.535	10.331	28.926	11.126
Não circulante	4.265	4.265	4.265	4.265

- (a) Estoque para consumo na prestação de serviço de execução das obras;
 (b) Estoque de empreendimentos imobiliários da SCP Barra;
 (c) Estoque de terrenos e benfeitorias em Andradina-SP. Empreendimentos construídos e vendidos entre 2021 e 2025. Ainda possuem 12 unidades a serem vendidas em 2026.

A Companhia e suas controladas não identificaram fatores que caracterizassem situações de obsolescência no estoque.

13. Impostos a recuperar / compensar

A Companhia e suas controladas possuem créditos de impostos a recuperar/compensar advindos de retenções na fonte em suas notas fiscais de faturamento e aplicações financeiras, créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL e impostos pagos a maior ou indevidamente. Todos reconhecidos perante o fisco.

Os valores de impostos a recuperar/compensar demonstrados nessa nota explicativa, são objetos de pedidos de compensação e restituição já protocolados junto à Receita Federal do Brasil, e estão sendo utilizados para compensação dos impostos correntes federais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar (*)	1.412	1.064	1.714	1.396
INSS a compensar (**)	4.933	2.162	5.761	2.185
Outros impostos a recuperar	266	228	1.487	1.443
IRRF/CSLL/PIS/Cofins retidos na fonte	247	68	249	69
ISSQN a recuperar	9	131	9	131
Outros	10	29	1.229	1.243
Total	<u>6.611</u>	<u>3.454</u>	<u>8.962</u>	<u>5.024</u>

A Administração tem avaliado periodicamente a evolução desses créditos acumulados de impostos e a provisão para perdas necessária, objetivando o seu aproveitamento. A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

- (*) Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar: saldos negativos de prejuízos fiscais de exercícios anteriores.
(**) INSS a compensar: retenção de INSS na fonte sobre faturamento conforme Lei 9.711 /98.

14. Ativos mantidos para a venda

Os ativos apresentados como mantidos para venda representam máquinas e equipamentos em localidades onde as obras já estão concluídas e cuja venda foi aprovada pela diretoria em dezembro de 2025 e 2024. Os ativos encontram-se à disposição em sites especializados de venda. Espera-se que até 31 de dezembro de 2025 se conclua a transação de venda desses ativos. Os itens do grupo de ativos mantidos para venda estão abaixo apresentados:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	6.157	6.157
Total	6.157	6.157

A seguir as movimentações em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Saldo em 31/12/2024	Adições transferidas do ativo imobilizado	Baixas por alienação	Retorno para o ativo imobilizado	Saldo em 31/12/2025
	Controladora e consolidado				Controladora e consolidado
Custo					
Máquinas e equipamentos	8.394	-	-	-	8.394
Total	8.394	-	-	-	8.394
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	(2.237)	-	-	-	(2.237)
Total	(2.237)	-	-	-	(2.237)
Saldo	6.157	-	-	-	6.157

	Saldo em 31/12/2023	Adições transferidas do ativo imobilizado	Baixas por alienação	Retorno para o ativo imobilizado	Saldo em 31/12/2024
	Controladora e Consolidado				Controladora e Consolidado
Custo					
Máquinas e equipamentos	8.394	-	-	-	8.394
Total	8.394	-	-	-	8.394
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	(2.237)	-	-	-	(2.237)
Total	(2.237)	-	-	-	(2.237)
Saldo	6.157	-	-	-	6.157

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há ativos em garantia.

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

15. Investimentos

A composição e movimentação do saldo de investimentos e a participação da Controladora nas empresas controladas e coligadas e Sociedades em Conta de Participação (SCP) é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Controladora		
Controladas		
SAF Participações Ltda.	26.062	16.453
J Dantas Engenharia S.A.	501	599
J Dantas Engenharia S.A. (Ágio)	1.443	1.443
Coligadas		
4UM Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Ltda.	105.066	3.125
Empresa Paulistana de Planos Assistenciais Ltda.	102	-
Sociedades em Conta de Participações		
Consolare - Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE - S.A.	35.679	33.360
SCP Andradina	45	45
Total	168.898	55.025
	31/12/2025	31/12/2024
Consolidado		
Coligadas e Sociedades em Conta de Participações		
4UM Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Ltda.	105.066	3.125
Empresa Paulistana de Planos Assistenciais Ltda.	102	-
Consolare - Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE-S.A	35.679	33.360
SCPs / SPEs	543	519
Total	141.390	37.004

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Resumo dos investimentos

Os saldos dos investimentos e as informações financeiras das investidas podem ser assim apresentado:

Controladora	Participação		Patrimônio líquido		Capital social		Resultado líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Participações								
SAF Participações Ltda.	100%	100%	26.062	16.453	1	1	11.742	3.644
Sucursal Peru	100%	100%	(2.104)	(2.424)	16.795	16.795	411	(706)
J Dantas Engenharia S.A.	3%	3%	17.502	20.931	15.630	15.630	13.475	4.558
Concessionária de Cemitérios e Serv. Funerários. SPE – S.A. (Consolare)	30%	30%	118.934	111.201	79.000	79.000	(25.987)	(13.828)
Empresa Paulistana de Planos Assistenciais Ltda. (Eternize)	30%	30%	339.250	(165)	10	10	(805)	(1.180)
SCP A369	82%	-	20.188	-	13.900	-	34.088	
SCP Andradina	50%	50%	73	841	50	50	(23)	(791)
4UM Fundo Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Limitada	12,5%	25%	-	-	-	-	-	-

Consolidado	Participação		Patrimônio líquido		Capital social		Resultado líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Participações								
Concessionária de Cemitérios e Serv. Funerários. SPE – S.A. (Consolare)	30%	30%	118.934	111.201	79.000	79.000	(25.987)	(13.828)
Empresa Paulistana de Planos Assistenciais Ltda (Eternize)	30%	30%	339.250	(165)	10	10	(805)	(1.180)
SCP Andradina	50%	50%	73	841	50	50	(23)	(791)
4UM Fundo Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Limitada	12,5%	25%	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	29.667	29.688	-	-	(50)	(14)

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Movimentação:

Controladora	SAF	Sucursal	J Dantas	Consolare	Eternize	4UM	SCPs	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.491	-	2.063	17.464	126	-	45	2	26.191
Resultado da equivalência patrimonial	3.644	(930)	130	(4.354)	(354)	-	(395)	-	(2.259)
(- /+) Provisão para perda	-	658	-	-	48	-	-	-	706
Resultado abrangente controlada no exterior	(7)	(1.107)	-	-	-	-	-	-	(1.114)
(-) Reversão de investimento	-	-	(10)	-	-	-	-	(2)	(12)
(-) Dividendos	(3.698)	-	(141)	-	-	-	-	-	(3.839)
Aporte de capital	10.023	1.379	-	20.250	180	3.125	395	-	35.352
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.453	-	2.042	33.360	-	3.125	45	-	55.025
Resultado da equivalência patrimonial	11.742	411	385	(8.481)	(241)	738	(11)	-	5.577
(- /+) Provisão para perda	-	(320)	-	-	(49)	-	-	-	(369)
Resultado abrangente controlada no exterior	-	60	-	-	-	-	-	-	60
(-) Reversão de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	(151)
(-) Dividendos	(2.133)	-	(483)	-	-	-	-	-	(2.616)
Aporte de capital	-	(151)	-	10.800	392	101.203	11	-	112.406
Saldo em 31 de dezembro de 2025	26.062	-	1.944	35.679	102	105.066	45	-	169.932
Consolidado	Consolare	Eternize	4UM	SCPs	Outros	Total			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.464	126	-	509	2	18.101			
Resultado da equivalência patrimonial	(4.354)	(354)	-	(409)	(225)	(5.342)			
(- /+) Provisão para perda	-	48	-	-	-	48			
(+) Outros	-	-	-	-	225	225			
(-) Reversão de investimento	-	-	-	-	(2)	(2)			
Aporte de capital	20.250	180	3.125	419	-	23.974			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	33.360	-	3.125	519	-	37.004			
Resultado da equivalência patrimonial	(8.481)	(241)	738	(60)	-	(7.010)			
(- /+) Provisão para perda em SCP	-	(49)	-	-	-	(49)			
(-) Reversão de investimento	-	-	-	-	-	-			
Aporte de capital	10.800	392	101.203	84	-	112.479			
Saldo em 31 de dezembro de 2025	35.679	102	105.066	543	-	142.424			

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

16. Intangível

Durante os exercícios objetos dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a rubrica de intangível apresentou a seguinte movimentação:

Controladora	% - Taxa de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Custo					
Ágio - CVA	-	2.734	-	-	2.734
Software	-	5.268	247	-	5.515
Total		8.002	247	-	8.249
Amortização					
Software	10	(2.808)	(554)	-	(3.362)
Total		(2.808)	(554)	-	(3.362)
Saldo		5.194	(307)	-	4.887
Controladora	% - Taxa de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Custo					
Ágio - CVA	-	5.534	-	(2.800)	2.734
Software	-	3.185	2.083	-	5.268
Total		8.719	2.083	(2.800)	8.002
Amortização					
Software	10	(2.356)	(452)	-	(2.808)
Total		(2.356)	(452)	-	(2.808)
Saldo		6.363	1.631	(2.800)	5.194
Consolidado	% - Taxa de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Custo					
Ágio - J Dantas	-	1.443	-	-	1.443
Ágio - CVA	-	2.734	-	-	2.734
Software	-	5.268	247	-	5.515
Total		9.445	247	-	9.692
Amortização					
Software	10	(2.808)	(554)	-	(3.362)
Total		(2.808)	(554)	-	(3.362)
Saldo		6.637	(307)	-	6.330
Consolidado	% - Taxa de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Custo					
Ágio - J Dantas	-	1.443	-	-	1.443
Ágio - CVA	-	5.534	-	(2.800)	2.734
Software	-	3.185	2.083	-	5.268
Total		10.162	2.083	(2.800)	9.445
Amortização					
Software	10	(2.356)	(452)	-	(2.808)
Total		(2.356)	(452)	-	(2.808)
Saldo		7.806	1.631	(2.800)	6.637

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

17. Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	43.006	59.019	61.982	65.352
Ferramentas e equipamentos	13.034	12.439	22.864	12.832
Veículos	3.342	5.212	31.854	5.442
Terrenos	457	457	457	457
Equipamentos de informática	4.145	3.998	4.298	4.021
Móveis e utensílios	6.914	4.762	7.451	4.784
Benfeitorias em propriedade de terceiros	214	243	214	243
Adiantamento fornecedor de imobilizado	1	12	1	12
Instalações	4.379	2.964	4.538	3.155
Total	75.492	89.106	133.659	96.298

Durante os exercícios objetos dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a rubrica de imobilizado apresentou a seguinte movimentação:

	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2024 Controladora	Adições*	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025 Controladora
Custo						
Máquinas e equipamentos	-	90.928	2.292	(8)	-	93.212
Ferramentas e equipamentos	-	17.678	3.320	(570)	-	20.429
Veículos	-	16.001	968	-	-	19.969
Terrenos	-	457	-	-	-	457
Equipamentos de informática	-	6.498	1.223	(103)	(4)	7.613
Móveis e utensílios	-	6.483	3.303	(507)	-	9.279
Benfeitorias em propriedade de terceiros	-	2.599	128	-	-	2.727
Adiantamento fornecedor de imobilizado	-	12	1	(12)	-	1
Instalações	-	4.551	2.572	400	-	6.723
Total		145.207	13.807	(1.600)	(4)	157.410
Depreciação						
Máquinas e equipamentos	7% a 25%	(31.909)	(18.303)	(6)	-	(50.206)
Ferramentas e equipamentos	10% a 25%	(5.239)	(2.322)	166	-	(7.395)
Veículos	9% a 25%	(10.789)	(2.838)	-	-	(13.627)
Equipamentos de informática	10% a 20%	(2.500)	(1.023)	55	-	(3.468)
Móveis e utensílios	10% a 20%	(1.721)	(805)	161	-	(2.365)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20%	(2.356)	(157)	-	-	(2.513)
Instalações	10% a 25%	(1.587)	(1.038)	281	-	(2.344)
Total		(56.101)	(26.486)	669	-	(81.918)
Saldo		89.106	(12.679)	(931)	(4)	75.492

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2023 Controladora	Adições*	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024 Controladora
Custo						
Máquinas e equipamentos	-	32.851	58.556	(479)	-	90.928
Ferramentas e equipamentos	-	9.203	9.814	(1.339)	-	17.678
Veículos	-	16.461	991	(1.451)	-	16.001
Terrenos	-	457	-	-	-	457
Equipamentos de informática	-	3.904	2.617	(338)	315	6.498
Móveis e utensílios	-	3.557	3.335	(409)	-	6.483
Benfeitorias em propriedade de terceiros	-	2.244	355	-	-	2.599
Adiantamento fornecedor de imobilizado	-	14	-	(2)	-	12
Instalações	-	2.695	2.435	(579)	-	4.551
Total		71.386	78.103	(4.597)	315	145.207
Depreciação						
Máquinas e equipamentos	7% a 25%	(16.437)	(15.927)	455	-	(31.909)
Ferramentas e equipamentos	10% a 25%	(4.231)	(1.584)	576	-	(5.239)
Veículos	9% a 25%	(9.030)	(2.717)	958	-	(10.789)
Equipamentos de informática	10% a 20%	(1.634)	(792)	241	(315)	(2.500)
Móveis e utensílios	10% a 20%	(1.334)	(503)	116	-	(1.721)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20%	(2.244)	(112)	-	-	(2.356)
Instalações	10% a 25%	(901)	(941)	255	-	(1.587)
Total		(35.811)	(22.576)	2.601	(315)	(56.101)
Saldo		35.575	55.527	(1.996)	-	89.106
	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2024 Consolidado	Adições *	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025 Consolidado
Custo						
Máquinas e equipamentos	-	111.688	16.908	(108)	(132)	128.356
Ferramentas e equipamentos	-	18.703	13.509	(655)	(37)	31.519
Veículos	-	19.714	34.340	-	14	54.040
Terrenos	-	457	-	-	-	457
Equipamentos de informática	-	6.576	1.363	(103)	(4)	7.832
Móveis e utensílios	-	6.572	3.874	(509)	-	9.937
Benfeitorias em propriedade de terceiros	-	2.599	128	-	-	2.727
Adiantamento fornecedor de imobilizado	-	12	1	(12)	-	1
Instalações	-	4.879	2.573	(400)	-	7.052
Total		171.200	72.695	(1.787)	(187)	241.921
Depreciação						
Máquinas e equipamentos	7% a 25%	(46.336)	(20.275)	106	132	(66.373)
Ferramentas e equipamentos	10% a 25%	(5.871)	(3.067)	245	38	(8.655)
Veículos	9% a 25%	(14.272)	(7.928)	-	14	(22.186)
Equipamentos de informática	10% a 20%	(2.555)	(1.034)	55	-	(3.534)
Móveis e utensílios	10% a 20%	(1.788)	(859)	161	-	(2.486)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20%	(2.356)	(157)	-	-	(2.513)
Instalações	10% a 25%	(1.724)	(1.071)	281	-	(2.514)
Total		(74.902)	(34.391)	848	184	(108.262)
Saldo		96.298	38.304	(939)	(3)	133.659

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2023 Consolidado	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024 Consolidado
Custo						
Máquinas e equipamentos	-	54.053	59.046	(1.411)	-	111.688
Ferramentas e equipamentos	-	10.620	9.821	(1.738)	-	18.703
Veículos	-	20.281	991	(1.558)	-	19.714
Terrenos	-	457	-	-	-	457
Equipamentos de informática	-	4.007	2.617	(363)	315	6.576
Móveis e utensílios	-	3.843	3.354	(625)	-	6.572
Benfeitorias em propriedade de terceiros	-	2.244	355	-	-	2.599
Adiantamento fornecedor de imobilizado	-	14	-	(2)	-	12
Instalações	-	3.177	2.435	(733)	-	4.879
Total		98.696	78.619	(6.430)	315	171.200
Depreciação						
Máquinas e equipamentos	7% a 25%	(30.757)	(16.942)	1.363	-	(46.336)
Ferramentas e equipamentos	10% a 25%	(4.917)	(1.713)	759	-	(5.871)
Veículos	9% a 25%	(12.535)	(2.791)	1.054	-	(14.272)
Equipamentos de informática	10% a 20%	(1.692)	(797)	249	(315)	(2.555)
Móveis e utensílios	10% a 20%	(1.434)	(519)	165	-	(1.788)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20%	(2.244)	(112)	-	-	(2.356)
Instalações	10% a 25%	(1.034)	(989)	299	-	(1.724)
Total		(54.613)	(23.863)	3.889	(315)	(74.902)
Saldo		44.083	54.756	(2.541)	-	96.298

(*) Em 2025 houve uma renovação da frota da Companhia, com aquisição de equipamentos novos e com maior tecnologia, no intuito de tornar mais eficientes e competitivos.

a) Garantias

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem bens do ativo imobilizado dados em garantia, respectivamente na posição Consolidada e Controladora, exceto para os bens adquiridos através de FINAME em 2025 e 2024 que são garantias dos próprios contratos de financiamento.

b) Valor recuperável

Nas datas de fechamento dos balanços apresentados, a Administração do Grupo entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis de vida útil determinada pudesse ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciou nenhum dos fatores indicativos de perdas, conforme os itens 10 e 12 do CPC 01.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

18. Fornecedores

O saldo de fornecedores representa, basicamente, compromissos da Companhia e suas controladas, por aquisição de insumos necessários à execução dos serviços contratados ou a aquisição de equipamentos com recursos próprios.

Os prazos de vencimentos desses passivos costumam se situar entre 30 e 90 dias da data de entrega e são registrados quando repassados para a Companhia e suas controladas, os riscos e benefícios inerentes aos bens, produtos e serviços prestados.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de mercadorias e serviços	60.980	38.820	77.970	45.647
Fornecedores - comprometimento (*)	30.114	18.560	31.398	19.684
Total	<u>91.094</u>	<u>57.380</u>	<u>109.368</u>	<u>65.331</u>

(*) Provisão das notas fiscais de fornecedores, que foram emitidas ou contabilizadas em 2026, mas que o custo se refere ao mês de dezembro/2025.

19. Salários e encargos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações trabalhistas e sociais	17.207	13.196	20.508	13.349
Provisão de férias e encargos	14.038	11.341	16.720	11.523
Total	<u>31.245</u>	<u>24.537</u>	<u>37.228</u>	<u>24.872</u>

20. Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos de clientes	35.293	27.364	50.677	27.364
Total	<u>35.293</u>	<u>27.364</u>	<u>50.677</u>	<u>27.364</u>
Circulante	35.293	23.832	44.363	23.832
Não circulante	-	3.532	6.314	3.532

21. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FINAME (a)	22.559	31.560	51.433	32.214
Notas comerciais (b)	100.579	29.668	100.579	29.668
Total	<u>123.138</u>	<u>61.228</u>	<u>152.012</u>	<u>61.882</u>
Circulante	41.929	10.224	52.770	10.878
Não circulante	81.209	51.004	99.242	51.004

Os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e suas controladas estão relacionados a capital de giro e para a aquisição de equipamentos destinados a prestação dos seus serviços de construção.

- (a) Os valores financiados através de FINAME, cujos saldos devedores estão sujeitos à atualização pela taxa SELIC, possuem acréscimos de juros que variam entre 2,41% a.a. e 3,24% a.a.

Os valores financiados através de FINAME, cujos saldos devedores não estão sujeitos à atualização pela taxa SELIC, possuem uma taxa de juros de 6,82% a 17,89% a.a.

Os valores financiados através de CDC possuem taxas de juros pré-fixadas, que variam entre 6,25% a.a. e 19,40% a.a.

Os prazos dos vencimentos estão entre junho de 2026 e junho de 2029.

- (b) Sobre o valor das Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra grupo” (“Taxa DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), acrescida exponencialmente de spread ou sobretaxa de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”).
- (c) As operações de crédito para capital de giro possuem seus saldos devedores atualizados pelo CDI, acrescidos de taxa juros de 1,95% a.a. e 3,5% a.a.

Os prazos dos vencimentos estão entre novembro de 2027 e dezembro de 2029.

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

As movimentações dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são conforme a seguir:

Controladora	31/12/2024	Captação		Amortização		Juros incorridos	31/12/2025
		Principal	Atualizações	Principal	Juros		
FINAME	31.560	1.355	-	(11.018)	(2.791)	3.453	22.559
Capital de giro	-	-	-	-	-	-	-
Notas comerciais	29.668	69.089	-	-	(14.156)	15.978	100.579
Total	61.228	70.444	-	(11.018)	(16.947)	19.431	123.138

Controladora	31/12/2023	Captação		Amortização		Juros incorridos	31/12/2024
		Principal	Atualizações	Principal	Juros		
FINAME	6.404	34.734	-	(10.091)	(2.587)	3.100	31.560
Capital de giro	996	-	-	(996)	(48)	48	-
Notas comerciais	-	29.668	-	-	-	-	29.668
Total	7.400	64.402	-	(11.087)	(2.635)	3.148	61.228

Consolidado	31/12/2024	Captação		Amortização		Juros incorridos	31/12/2025
		Principal	Atualizações	Principal	Juros		
FINAME	32.214	33.693	(6)	(15.399)	(5.390)	6.321	51.433
Capital de giro	-	-	-	-	-	-	-
Notas comerciais	29.668	69.089	-	-	(14.156)	15.978	100.579
Total	61.882	102.782	(6)	(152.399)	(19.546)	22.299	152.012

Consolidado	31/12/2023	Captação		Amortização		Juros incorridos	31/12/2024
		Principal	Atualizações	Principal	Juros		
FINAME	6.927	34.734	131	(10.091)	(2.587)	3.100	32.214
Capital de giro	996	-	-	(996)	(48)	48	-
Notas comerciais	-	29.668	-	-	-	-	29.668
Total	7.923	64.402	131	(11.087)	(2.635)	3.148	61.882

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

A distribuição do saldo não circulante, por ano de liquidação, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	9.567	-	9.567
2027	50.989	19.354	62.133	19.354
2028	20.307	12.193	26.676	12.193
2029	9.913	9.890	10.433	9.890
Total	81.209	51.004	99.242	51.004

Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos não divergem significativamente dos valores contábeis desses, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

Cláusulas contratuais (“*Covenants*”) e vencimento cruzado (“*cross default*”)

A Companhia e suas controladas não possuem contratos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 com cláusulas restritivas (“*covenants*”) ou com vencimentos cruzados (“*cross default*”).

22. Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ	156	-	521	-
CSLL	-	-	208	3
Outros	-	-	9	10
Total	156	-	738	13

23. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	3.932	2.618	4.385	2.671
PIS, Cofins, CSLL retidos	126	76	134	80
PIS sobre faturamento	278	467	339	468
Cofins sobre faturamento	1.290	2.156	1.572	2.160
INSS	426	206	451	206
ISSQN	6.977	3.245	7.657	3.261
Total	13.029	8.768	14.538	8.846

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

24. Parcelamentos de tributos

- a) Parcelamento simplificado – Contribuições previdenciárias e outros débitos não previdenciários

Durante os exercícios de 2025 e 2024 a Companhia e suas controladas aderiram ao parcelamento simplificado/ordinário criado pela Lei 10.522/2002, junto à Receita Federal do Brasil, parcelando débitos previdenciários vencidos, em até 60 parcelas, corrigidas pela Selic.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Simplificado federal	8.480	13.141	9.315	14.806
Ordinário federal	817	2.121	817	2.121
Total	<u>9.297</u>	<u>15.262</u>	<u>10.132</u>	<u>16.927</u>
Circulante	3.450	5.969	4.019	6.799
Não circulante	5.847	9.293	6.113	10.128

A distribuição do saldo de 2025, por ano de liquidação, é como segue:

	Controladora	Consolidado
Ano		
2026	3.450	4.019
2027	2.831	3.097
2028 em diante	3.016	3.016
Total	<u>9.297</u>	<u>10.132</u>

25. Imposto de renda e contribuição social

- a) Tributos diferidos ativo e passivo

Os impostos diferidos ativos e passivos, constituídos com base no saldo de prejuízos fiscais, adições temporárias, reserva de avaliação e sobre lucros diferidos de clientes públicos ainda não recebidos, tem os seguintes saldos ao final dos exercícios comparados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	168.824	188.280	198.085	205.670
Diferenças temporárias (contingências, perdas de ativos/investimentos, lucros diferidos obras públicas)	8.194	12.065	8.245	12.184
Resultados abrangentes – Sucursal Peru	2.600	2.660	2.608	2.660
Ágio SAF	-	-	(5.841)	(5.841)
Base para impostos diferidos	<u>179.618</u>	<u>203.005</u>	<u>203.097</u>	<u>214.673</u>
Ativo diferido				
IRPJ	44.686	50.751	53.270	60.920
CSLL	16.094	18.278	16.680	19.437
Total	<u>60.780</u>	<u>69.029</u>	<u>69.950</u>	<u>80.357</u>
Passivo diferido				
IRPJ	-	-	1.461	1.461
CSLL	-	-	526	526
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.987</u>	<u>1.987</u>
Ativo diferido líquido				
IRPJ	44.686	50.751	51.809	59.459
CSLL	16.094	18.278	16.154	18.911
Total	<u>60.780</u>	<u>69.029</u>	<u>67.963</u>	<u>78.370</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

b) Previsão de realização dos ativos diferidos de impostos de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
Ano				
2026		8.610		10.934
2027		9.886		10.963
2028 em diante		42.284		48.053
Total		60.780		69.950

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	107.228	61.299	115.413	64.055
Imposto de renda e contribuição social - 34%	36.458	20.842	39.240	21.779
Adições e exclusões temporárias	(1.567)	(1.844)	(1.590)	(1.860)
Adições permanentes	19.989	2.287	20.111	2.408
Exclusões permanentes	(31.175)	(1.439)	(35.252)	(3.023)
Outros	(1.539)	179	6.575	3.042
Imposto de renda e contribuição social - lucro real	22.166	20.025	29.084	22.346
Base de cálculo - lucro real	65.194	58.897	85.541	65.721
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(20.662)	(16.985)	(25.401)	(18.585)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(7.766)	(7.003)	(9.864)	(7.703)
Total	(28.428)	(23.988)	(35.265)	(26.288)
Alíquota efetiva	27%	39%	31%	41%

26. Arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia e suas controladas reconheceram o aluguel do imóvel da sede, equipamentos de informática e máquinas como ativos de direito de uso. De acordo com o CPC 06 (R2), este contrato deve ser reconhecido como um arrendamento operacional, como a seguir apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				
Ativo de direito de uso - imóveis alugados	2.830	2.783	3.958	3.909
Ativo de direito de uso - máquinas e equipamentos	165.597	158.842	165.597	158.842
(-) Amortização acumulada de direito de uso - imóveis alugados	(2.530)	(2.154)	(3.521)	(2.961)
(-) Amortização acumulada de direito de uso - máquinas e equipamentos	(92.257)	(60.623)	(92.258)	(60.623)
Total	73.640	98.848	73.777	99.167

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo				
Arrendamento mercantil a pagar	116.962	155.110	117.123	155.475
(-) Encargos financeiros a transcorrer	(21.929)	(37.246)	(21.937)	(37.286)
Total	95.033	117.864	95.186	118.189
Circulante	37.756	29.507	37.909	29.681
Não circulante	57.277	88.357	57.277	88.508

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

Vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	29.507	-	29.681
2026	37.756	35.594	37.909	35.745
2027	32.067	29.452	32.067	29.452
2028 em diante	25.210	23.311	25.210	23.311
Total	<u>95.033</u>	<u>117.864</u>	<u>95.186</u>	<u>118.189</u>

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Movimentação:

	% Taxa de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2024 Controladora	Adições	Transferências	Remensurações	Saldo em 31/12/2025 Controladora
Direito de uso de arrendamento	-	161.625	5.480	-	1.322	168.427
Amortização	-	(62.777)	(32.010)	-	-	(94.788)
Total		98.848	(26.530)	-	1.322	73.639

	% Taxa de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2023 Controladora	Adições	Transferências	Remensurações	Saldo em 31/12/2024 Controladora
Direito de uso de arrendamento	-	145.226	15.235	(315)	1.479	161.625
Amortização	-	(33.365)	(29.727)	315	-	(62.777)
Total		111.861	(14.492)	-	1.479	98.848

	% Taxa de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2024 Consolidado	Adições	Transferências	Remensurações	Saldo em 31/12/2025 Consolidado
Direito de uso de arrendamento	-	162.752	5.480	-	1.324	169.556
Amortização	-	(63.585)	(32.194)	-	-	(95.778)
Total		99.167	(26.714)	-	1.324	73.777

	% Taxa de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2023 Consolidado	Adições	Transferências	Remensurações	Saldo em 31/12/2024 Consolidado
Direito de uso de arrendamento	-	145.988	15.235	(315)	1.844	162.752
Amortização	-	(34.011)	(29.889)	315	-	(63.584)
Total		111.977	(14.654)	-	1.844	99.167

(*) A taxa de amortização depende de cada contrato.

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Saldo em 31/12/2024				Saldo em 31/12/2025
	Controladora	Adições	Pagamentos Mensais	Remensurações	Controladora
Passivo de arrendamento	155.111	7.088	(47.656)	2.420	116.963
(-) Juros a apropriar	(37.247)	(1.607)	18.022	(1.098)	(21.930)
Total	117.864	5.481	(29.634)	1.322	95.033

	Saldo em 31/12/2023				Saldo em 31/12/2024
	Controladora	Adições	Pagamentos Mensais	Remensurações	Controladora
Passivo de arrendamento	175.111	21.222	(43.314)	2.092	155.111
(-) Juros a apropriar	(51.105)	(5.987)	20.458	(613)	(37.247)
Total	124.006	15.235	(22.856)	1.479	117.864

	Saldo em 31/12/2024				Saldo em 31/12/2025
	Consolidado	Adições	Pagamentos Mensais	Remensurações	Consolidado
Passivo de arrendamento	155.475	7.088	(47.862)	2.422	117.123
(-) Juros a apropriar	(37.286)	(1.607)	18.054	(1.098)	(21.937)
Total	118.189	5.481	(29.808)	1.324	95.186

	Saldo em 31/12/2023				Saldo em 31/12/2024
	Consolidado	Adições	Pagamentos Mensais	Remensurações	Consolidado
Passivo de arrendamento	175.251	21.222	(43.505)	2.507	155.475
(-) Juros a apropriar	(51.114)	(5.987)	20.479	(664)	(37.286)
Total	124.137	15.235	(23.026)	1.843	118.189

(*) Foi considerada uma taxa de desconto de:

- 0,6123% a.m. para aluguel da sede;
- locação de máquinas e equipamentos:
- ✓ VAMOS: taxa de 1,1341% a 1,2540%
- ✓ UNIDAS: taxa de 1,0986% a 1,1370%
- ✓ BB LEASING: taxa de 1,19%

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no valor de R\$ 82.000, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 215.775.424 (duzentas e quinze milhões, setecentas e sessenta e cinco mil, quatrocentas e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas, todas sem valor nominal.

	Quantidade de ações em			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
Jasa Participações S.A.	215.775.423	100	215.775.423	100
Total	215.775.423	100	215.775.423	100

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída nos termos da legislação societária, na base de 5% do lucro líquido, observando-se o limite de 20% do capital social realizado, somadas as reservas de capital. Após esses limites, as apropriações a essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

c) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos de 15% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei.

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social. A Companhia registra provisão no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos e juros sobre capital próprio superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Lucros a Disposição da Assembleia". Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em assembleia dos Acionistas.

CONSTRUTORA ATERPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	78.800	37.311	80.148	37.767
Base de cálculo dos dividendos	78.800	37.311	80.148	37.767
Constituição de reserva legal (5%)	3.940	1.866	4.007	1.888
Dividendo mínimo obrigatório	11.229	5.597	11.296	5.665
Dividendo adicional a disposição da assembleia	63.631	29.848	64.845	30.214
Total de dividendos	74.860	35.445	76.141	35.879
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	95%	95%	95%	95%

d) Ajustes de avaliação patrimonial (outros resultados abrangentes)

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:

(i) Ajuste acumulado de conversão decorrente da variação cambial do resultado da investida Sucursal Peru.

28. Receita líquida de venda e serviços prestados

A reconciliação entre a receita bruta de serviços e a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta na prestação de serviços:				
Execução de obras	1.330.279	1.039.541	1.483.196	1.093.669
Incorporação imobiliária	315	697	315	697
Locação de equipamentos	409	68	409	68
Total	1.331.003	1.040.306	1.483.920	1.094.434
Impostos sobre serviços	(78.599)	(62.584)	(88.426)	(64.401)
Receita líquida de vendas e serviços prestados	1.252.404	977.722	1.395.494	1.030.033

29. Custos, despesas e outras receitas (despesas) operacionais por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Depreciação e amortização	(59.050)	(52.755)	(67.139)	(54.204)
Gastos com empregados	(404.709)	(327.292)	(442.857)	(344.395)
Matéria prima, insumos e custos indiretos	(605.697)	(457.317)	(673.834)	(481.618)
Despesas administrativas diversas	(17.504)	(16.990)	(21.210)	(19.551)
Receita na alienação de imobilizado	25	1.555	30	3.084
Participações sócio oculto nas participações em conta de participação	(6.240)	(62)	(6.240)	(62)
Resultado na baixa de investimentos	(919)	(4.796)	(927)	(5.341)
Ganhos (perdas) em participações societárias	(2)	(34)	(2)	(361)
Outras	(6.296)	(15.017)	(7.804)	(16.694)
Total	(1.100.392)	(872.708)	(1.219.983)	(919.141)
Custo das vendas e serviços prestados	(1.055.905)	(818.606)	(1.169.687)	(860.708)
Despesas administrativas	(37.295)	(35.804)	(41.594)	(39.118)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(7.192)	(18.298)	(8.702)	(19.315)
Total	(1.100.392)	(872.708)	(1.219.983)	(919.141)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Juros	4.082	1.364	4.319	1.720
Variações monetárias	-	673	912	1.131
Outras receitas financeiras	16.179	473	16.179	477
Total de receitas financeiras	20.261	2.510	21.410	3.328
Despesas financeiras				
Juros	(68.550)	(43.847)	(72.009)	(44.140)
Variações monetárias	(563)	-	(672)	(544)
Outras despesas financeiras	(475)	(119)	(783)	(139)
Total de despesas financeiras	(69.588)	(43.966)	(73.464)	(44.823)
Total do resultado financeiro	(49.327)	(41.456)	(52.054)	(41.495)

Aumento da despesa financeira em 2025 devido a novas captações de recursos, financiamentos e contratos de leasing de máquinas e equipamentos.

31. Lucro básico e diluído por ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes ao final de cada exercício contábil, excluindo as ações em tesouraria.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	78.800	37.311
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	215.775	215.775
Lucro por ação - R\$	0,365	0,173

32. Provisão para riscos e depósitos judiciais

- a) Causas avaliadas pela Companhia e suas controladas com probabilidade de desfecho desfavorável e classificadas como perda provável

A Companhia e suas controladas são parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas, ambientais e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para riscos foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável e demais obrigações legais não vinculadas. A Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os riscos contingentes, conforme opinião dos assessores jurídicos encontram-se descritos no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Cíveis	3.111	7.861	3.111	7.862
Trabalhistas	2.510	2.026	2.582	2.154
Ambientais	162	149	162	149
Outros	86	676	172	751
Total	5.869	10.712	6.027	10.916

Provisões tributárias referem-se, principalmente, a discussões quanto à adequada interpretação de legislação tributária.

Provisões cíveis estão relacionadas a ações que versam sobre relações de consumo, indenizatórias decorrentes de acidentes de trabalho, decorrentes de prejuízos materiais e morais considerados causados pela Companhia e suas controladas, rescisões contratuais e alegados descumprimentos de cláusulas e ações de cobrança de títulos e documentos julgados exequíveis.

Provisões trabalhistas consistem, principalmente, de reclamações feitas por ex-empregados, vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego e, eventualmente, acidente de trabalho.

Provisões ambientais relacionadas a discussões sobre possíveis impactos ao meio ambiente.

A movimentação desse saldo é como segue:

Controladora	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Tributário	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.485	11.281	309	-	-	13.075
Movimento	541	(3.420)	(160)	676	-	(2.363)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.026	7.861	149	676	-	10.712
Movimento	484	(4.750)	13	(590)	-	(4.843)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.510	3.111	162	86	-	5.869

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Tributário	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.635	11.295	309	-	-	13.239
Movimento	519	(3.433)	(160)	751	-	(2.323)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.154	7.862	149	751	-	10.916
Movimento	428	(4.751)	13	(579)	-	(4.889)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.582	3.111	162	172	-	6.027

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

Movimentação dos depósitos judiciais:

Controladora	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Administrativo	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	624	575	2.383	6.614	(73)	10.123
Movimento	(139)	251	(2.14)	(6.614)	(28)	(8.67)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	485	826	238	-	(101)	1.448
Movimento	(183)	-	(312)	-	(17)	(512)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	302	826	(74)	-	(118)	936

Consolidado	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Administrativo	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	657	639	2.417	6.614	(74)	10.253
Movimento	(149)	256	(2.15)	(6.614)	(28)	(8.690)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	508	895	262	-	(102)	1.563
Movimento	(196)	-	(336)	-	(17)	(548)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	312	895	(74)	-	(119)	1.014

- b) Causas avaliadas pela Companhia e suas controladas com alguma chance de decisão desfavorável e perda possível

Em 31 de dezembro de 2025, não foi computado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o montante de R\$ 39.041 (Controladora) e R\$ 39.592 (Consolidado). Em 2024, R\$ 48.622 (Controladora) e R\$ 49.134 (Consolidado) referentes às causas trabalhistas, cíveis, e outras, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia e suas controladas apontam para uma probabilidade reduzida de perda ou para aquelas que, pelo fato de ainda não terem sido objeto de análise pelo judiciário (estão em sua fase inicial, sem sentença), não geram provisionamento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	6.873	4.683	7.287	5.163
Cíveis	8.170	8.595	8.307	8.627
Administrativos	23.993	35.344	23.993	35.344
Tributários	5	-	5	-
Total	39.041	48.622	39.592	49.134

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a tributos federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares, referentes a períodos variáveis, estão sujeitas à revisão. No entanto, na opinião da Administração da Companhia e suas controladas, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial em 31 de dezembro 2025 e 2024 e não há processos significativos conhecidos contra a Companhia e suas controladas que não tenham sido adequadamente registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas para aquelas datas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

33. Partes relacionadas

A composição dos saldos referentes a transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está apresentada abaixo:

72

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

Partes relacionadas – Natureza das transações – Saldos em 31/12/2025

- a) Movimentação de conta corrente entre as empresas.
- b) Saldos de mútuos conforme contrato firmado entre as partes. O valor de R\$ 9.606 em 2025 refere-se a soma dos mútuos com acionistas pessoas físicas.
- c) Outras – Equivalente ao percentual do patrimônio líquido da SCP.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Executiva e membros do Conselho de Administração, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Remuneração	642	617	834	809
Encargos sociais	140	132	179	170
Benefícios assistenciais	408	530	436	620
Total	<u>1.190</u>	<u>1.279</u>	<u>1.449</u>	<u>1.599</u>

34. Debêntures

a) Debêntures com partes relacionadas

A Companhia celebrou em 22 de maio de 2023 o Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, por meio da qual os acionistas se comprometeram a realizar um investimento na Aterpa por meio das estruturas de dívidas (debêntures).

Foram emitidas 15.263 (quinze mil, duzentas e sessenta e três) debêntures no valor de R\$ 15.263, sendo totalmente subscrito e integralizado na data de integralização. O valor nominal unitário de cada debênture será de R\$ 1,00 (um real) na data de emissão.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será remunerado, diariamente, com base na remuneração pela taxa CDI-CETIP (Certificado de depósito interfinanceiro central de custódia e liquidação de títulos privados), acrescido de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo como base a data da respectiva integralização das Debêntures, calculados cumulativamente pro rata temporis por dias úteis decorridos, devendo ser pagos no vencimento da operação ou, se for o caso, na data em que ocorrer o resgate antecipado da debênture.

O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 05 (cinco) anos contado da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 22 de maio de 2028 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento da Debênture pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescida da Remuneração, calculada na forma prevista nesta Escritura.

b) Debêntures 476

A Companhia celebrou em 29 de maio de 2024 o Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, por meio da qual o fundo de investimento Ativos Especiais III – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Patronizados (*Vinci Partinners*) se comprometeram a realizar um investimento na Aterpa por meio das estruturas de dívidas (debêntures).

Considerando que:

- (i) Em 24 de junho de 2011, a emissora (Aterpa), a Multitek Engenharia Ltda. (Multitek) e a Autograf Projetos e Construção Ltda (Autograf) celebraram o “Contrato de Constituição de Consórcio” referente à licitação promovida pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, o qual tem como objeto o fornecimento de bens e execução dos serviços relativos à execução da Obra de Construção Civil dos Arruamentos, Iluminação Viária, Estacionamentos, Redes de Águas Pluviais e de Esgoto do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), objeto da Carta Convite 0875820.10.8 e de seus Anexos Consórcio, sendo certo que as participações detidas pelos participantes do Consórcio, à época de sua constituição, estavam divididas da seguinte forma:
- (ii) A Emissora Aterpa detinha 55% (cinquenta e cinco por cento), (ii) a Multitek detinha 35% (trinta e cinco por cento) e (iii) a Autograf detinha 10% (dez por cento);
- (iii) Em 02 de fevereiro de 2012, a Emissora, Multitek e a Autograf celebraram a “3ª Alteração do Contrato de Constituição do Consórcio Aterpa – Multitek – Autograf”, por meio da qual a Autograf cedeu integralmente sua participação no Consórcio para a Emissora e para a Multitek, com a ciência e a autorização da Petrobras, de modo que as participações detidas pelos participantes do Consórcio passaram a ser divididas da seguinte forma: (i) a Emissora passou a deter 63% (sessenta e três por cento) e (ii) a Multitek passou a deter 37% (trinta e sete por cento);

- (iv) Em 17 de dezembro de 2014, a Emissora e a Multitek celebraram “Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Cessão de Crédito e Outras Avenças” – “Instrumento de Confissão de Dívida”, por meio do qual a Multitek confessou dever à Emissora o montante de R\$28.000 (vinte e oito milhões de reais), a ser corrigido pelo IGP-M/FGV desde a data de assinatura do referido instrumento (“Dívida Multitek”), a ser quitado com créditos de titularidade da Multitek no âmbito de ações judiciais, incluindo no âmbito dos Processos, observado que, até a presente data, não houve a quitação de nenhum valor referente à Dívida Multitek;
- (v) em 05 de maio de 2021, o NEO Capital Mezanino Fundo de Investimento em Participações, inscrito no CNPJ sob o nº 10.720.618/0001-80 (“Fundo NEO”), a Emissora Aterpa, a JASA Participações S.A. e o Francisco Salazar celebram o “Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças” (“Instrumento de Transação Fundo NEO”), por meio do qual as partes pactuaram, dentre outros assuntos, a cessão, pela Emissora ao Fundo NEO, de 16% (dezesesseis por cento) dos direitos creditórios de sua titularidade decorrentes dos Processos, sendo certo que, nos termos do Instrumento de Transação Fundo NEO, a Emissora detém poderes para realizar a Operação e transacionar 100% (cem por cento) dos direitos creditórios decorrentes dos Processos, incluindo os Direitos Creditórios Aterpa e os Direitos Creditórios Fundo NEO;
- (vi) A Emissora é titular de 84% (oitenta e quatro por cento) dos direitos creditórios oriundos da Ação Ordinária nº 0426759-74.2013.8.19.0001, em trâmite perante a 20ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, proposta pelo Consórcio, da qual é líder, em face da Ré, bem como seus incidentes e recursos (“Ação Ordinária”) e, quando referida em conjunto com seus incidentes e recursos “Processos”, incluindo os valores que a Emissora Aterpa faz jus em decorrência do “Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Cessão de Crédito e Outras Avenças”, celebrado entre a Emissora e a Multitek em 17 de dezembro de 2014, excluindo-se eventuais valores decorrentes de pagamentos a serem realizados aos Advogados dos Processos a título de honorários, conforme valores e/ou percentuais previstos na Escritura de Emissão das Debêntures;
- (vii) No âmbito de suas atividades, a Emissora tem interesse em emitir debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada, de sua 6ª (sexta) emissão, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Construtora Aterpa S.A”. integralizadas de forma privada pelo Debenturista;

(viii) As Debêntures emitidas pela Emissora Aterpa e subscritas e integralizadas pelo Debenturista serão asseguradas e conferirão direito de crédito ao Debenturista Vinci em face da Emissora, equivalente ao recebimento dos primeiros R\$ 120.000 (cento e vinte milhões de reais) integrantes dos Direitos Creditórios da Aterpa, devidamente corrigidos pela taxa SELIC, a partir da data de assinatura dos Documentos da Operação, com prioridade absoluta de recebimento sobre qualquer outro valor a ser recebido pela Emissora no âmbito dos Processos (“Direitos Creditórios Transacionados”).

Características da emissão e das debêntures:

- a) Número da emissão: 6ª emissão;
- b) Número de séries: única;
- c) Valor total da emissão: R\$ 57.000 (cinquenta e sete milhões de reais);
- d) Quantidade de debêntures: 57.000;
- e) Data de emissão: 29 de maio de 2024;
- f) Valor nominal unitário das debêntures: R\$ 1.000;
- g) Conversibilidade: as debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da emissora;
- h) Prazo e data de vencimento: as debêntures terão prazo de vencimento de 20 (vinte) anos contados a partir da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 29 de maio de 2044, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado;
- i) Juros remuneratórios: $J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$.

a) Onde:

- i. J = valor unitário dos juros remuneratórios acumulados no período;
- ii. VNe = valor nominal unitário das debêntures;
- iii. Fator Juros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread;

(Fator Juros = Fator DI x Fator Spread).

c) Composição das Debêntures:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures 476	79.879	63.421
Debêntures com partes relacionadas	28.759	21.899
Total	108.638	85.320
Circulante	-	-
Não circulante	108.638	85.320

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

A movimentação das debêntures no exercício de 2025 e 2024 é conforme a seguir apresentada:

	31/12/2024	Captação		Amortização		31/12/2025
		Principal	Atualizações	Principal	Juros	
Controladora e Consolidado						
Debêntures Partes Relacionadas	21.899	-	6.860	-	-	28.759
Debêntures 476	63.421	-	16.458	-	-	79.879
Total	85.320	-	23.318	-	-	108.638

	31/12/2023	Captação		Amortização		31/12/2024
		Principal	Atualizações	Principal	Juros	
Controladora e Consolidado						
Debêntures Partes Relacionadas	17.786	-	4.113	-	-	21.899
Debêntures 476	-	57.000	6.421	-	-	63.421
Total	17.786	57.000	10.534	-	-	85.320

A distribuição do saldo, por ano de liquidação, é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Controladora e consolidado		
A partir de 2028	108.638	85.320
Total	108.638	85.320

35. Benefícios a empregados

a) Participação nos lucros e resultados

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos empregados, após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

b) Seguro de vida em grupo

Os empregados e administradores da Companhia e suas controladas estão segurados por um plano de seguro de vida em grupo onde estão previstos valores devidos em caso de falecimento, invalidez permanente e parcial e auxílio funeral. Esse benefício é concedido a todos os funcionários, indistintamente e está vinculado ao contrato de trabalho. A despesa com seguro de vida na controladora em 2025 foi R\$ 949 (R\$ 1.439 consolidado) e em 2024 foi R\$ 640 (R\$ 650 consolidado).

c) Plano de assistência médica

O Grupo oferece sistema de saúde por adesão a todos os empregados atuantes no escritório central e aos empregados que exercem cargos de gestão em obra. Aos demais funcionários atuantes em obras o plano de saúde é oferecido de acordo com as condições contratuais acordadas com o cliente.

Plano é regulamentado pela Lei 9656/98 com coberturas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares, de acordo com o rol de coberturas estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Em 2025, o Grupo possuiu os seguintes planos de saúde:

- Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico;
- Unimed Itabira;
- Unimed Cerrado;
- Bradesco Saúde;
- Hapvida.

d) Modalidade de pré-pagamento:

Precificado em custo linear por idade média, subsidiado pela Companhia de 25% a 100% do valor da mensalidade, de acordo com o contrato assinado com o cliente, faixa salarial do empregado e da acomodação escolhida (enfermaria/apartamento).

Os desligados, por demissão ou aposentadoria, podem permanecer no Plano, de acordo com o disposto nos artigos 30 e 31 da lei 9656, desde que assumam integralmente os valores das mensalidades.

O reajuste é calculado pelo IGPM, sinistralidade, e custos médicos. Em 2025, os reajustes foram os seguintes:

- Unimed – 13%
- Unimed Itabira – 5,48%
- Unimed Cerrado – 3,5%
- Bradesco – 8,69%
- Hapvida – 11,5%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

A despesa com assistência médica em 2025 e 2024 foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Parte Empresa	8.375	5.895	9.008	6.010
Empregado	2.263	853	2.189	852
Total	10.638	6.748	11.197	6.862

36. Transações que não afetam caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adição direito de uso	6.801	16.399	6.803	16.764
Amortização direito de uso	-	315	-	315
Arrendamento mercantil a pagar	(7.899)	(23.314)	(7.901)	(23.730)
(-) Encargos financeiros a transcorrer	1.098	6.600	1.098	6.651
Dividendos a receber x investimentos	414	-	-	-
Investimentos x dividendos a receber	(414)	-	-	-
Investimentos x Partes Relacionadas (SCP Andradina)	11	395	11	395
Investimentos x Partes Relacionadas (JASA / SAF / J Dantas)	(2.201)	(3.839)	-	-
Partes relacionadas x dividendos a distribuir	(25.829)	(45.992)	(25.829)	(45.992)
Partes relacionadas x Investimentos (SCP Andradina)	(11)	(395)	(11)	(395)
Partes relacionadas x Investimentos (JASA / SAF / J Dantas)	2.201	3.839	-	-
Dividendos a distribuir x lucros à disposição da assembleia	40.462	-	40.462	-
Partes relacionadas x Capital social	-	-	-	(208)
Dividendos a pagar x Partes relacionadas	25.829	45.992	25.829	45.992
Lucros à disposição da Assembleia	(40.462)	-	(40.462)	-
Impostos a recolher X Impostos a recuperar	5.002	1.358	5.057	1.358
Salários e encargos a pagar	-	-	27	-
IR e CS a recuperar x Impostos a recuperar	86	-	86	-
Impostos a recuperar / compensar x IR e CS a recolher	(86)	-	(86)	-
IR e CS a recolher x impostos a recuperar	(611)	-	(428)	-
Impostos a recuperar / compensar x IR e CS a recolher	611	-	428	-
Impostos a recuperar / compensar x Impostos a recolher	(5.002)	(1.358)	(5.084)	(1.358)
Integralização de capita social e reversão de AFAC	-	-	-	208

37. Seguros

O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consequentemente, não foram revisadas pelo nosso auditor independente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Modalidade	Riscos cobertos	Controladora Consolidado Cobertura			
Seguro de Vida	Garantir o pagamento de uma indenização ao próprio segurado ou a seus beneficiários, caso ocorra algum dos eventos cobertos pelas garantias contratadas pelo estipulante e indicadas nas condições especiais e no certificado do seguro.	R\$	103.138	R\$	123.906
Garantia de execução de obras	Garante o fiel cumprimento das obrigações contraídas pela empresa em licitações ou em cumprimento de contratos de construção, fornecimento de bens ou de prestação de serviços.	R\$	175.233	R\$	197.618
Judicial	Garante o pagamento de um valor correspondente ao depósito em juízo, que o tomador necessite realizar durante processos judiciais. Esse seguro é uma alternativa aos depósitos judiciais exigidos quando da defesa em uma ação executiva.	R\$	19.842	R\$	19.842
Fiança locatícia	Garantia para contratos de aluguel de imóveis, assegurando aos locadores a cobertura de possíveis inadimplências ou danos causados pelo inquilino. Substitui o fiador ou caução.	R\$	8.326	R\$	9.056
Fiança bancária	Instrumento financeiro utilizado como garantia para assegurar o cumprimento de uma obrigação contratual. Figura-se na promessa feita por uma instituição bancária, na qual se compromete a pagar uma determinada quantia a um beneficiário, caso o contratante principal não cumpra com o que foi acordado.	R\$	75.960	R\$	75.960
Seguro de incêndio	Proteção do imóvel e seus bens contra os danos causados por um incêndio.	R\$	1.964	R\$	1.964
Garantia RD Equipamentos	O seguro protege os equipamentos contra danos como incêndio, colisão, tombamento, vendaval, inundação, roubo, furto qualificado e garante proteção ao seu proprietário contra danos causados a terceiros decorrentes da utilização dos equipamentos.	R\$	35.636	R\$	74.666
Responsabilidade civil geral	O Seguro oferece cobertura de quaisquer perdas, danos e lesões pessoais, inclusive morte, danos materiais e morais que a execução da obra possa causar a terceiros.	R\$	237.953	R\$	240.953
Garantia de adiantamento	Garante ao contratante ressarcimento de verbas enviadas à companhia antecipadamente que não forem utilizados para o fim acordado ou por descumprimento de contrato.	R\$	13.905	R\$	13.905

38. Eventos subsequentes

A administração da Companhia e suas controladas avaliam anualmente a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Não ocorreram eventos subsequentes compreendendo a data das demonstrações e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

* * *